

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

FUTUROS IMAGINADOS NA TRANSIÇÃO PARA SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS: EXPECTATIVAS FICCIONAIS E AÇÃO COLETIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO LITORAL NORTE - RS

Andréia Vigolo Lourenço , Gustavo Martins, Paulo Niederle

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9860>

Submetido em: 2024-09-12

Postado em: 2024-09-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

FUTUROS IMAGINADOS NA TRANSIÇÃO PARA SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS: EXPECTATIVAS FICCIONAIS E AÇÃO COLETIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO LITORAL NORTE - RS

ANDRÉIA VIGOLO LOURENÇO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6465-6752>

andreia.vigolo@gmail.com

UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), Brasil

GUSTAVO MARTINS

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4646-1515>

gustavomartins.asse@gmail.com

ANAMA. Maquiné, Rio Grande do Sul (RS), Brasil

PAULO NIEDERLE

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7566-5467>

pauloniederle@gmail.com

UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), Brasil

RESUMO

A transição para sistemas alimentares sustentáveis tem ocupado lugar central na agenda de organizações, governos e empresas. Embora o tema comporte em si mesmo um horizonte de futuro, as discussões frequentemente limitam-se a diagnósticos sobre a trajetória histórica das transformações na agricultura. De outro modo, em diálogo com a literatura sociológica sobre como os futuros imaginados moldam as mudanças sociais, este artigo analisa as expectativas ficcionais que orientam as estratégias de transição construídas por organizações da agricultura familiar no Litoral

Norte do Rio Grande do Sul. O estudo foi conduzido entre maio e dezembro de 2023 por meio da articulação de análise prospectiva e técnicas de pesquisa-ação. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, *surveys* e grupos focais que envolveram representantes de 21 organizações. A partir da identificação dos fatores críticos para a transição, o artigo discute duas questões insuficientemente tratadas pela literatura: as mudanças nas expectativas quando os atores sociais são expostos ao imperativo da crítica pública e a força dos mecanismos institucionais de dependência de trajetória (ou seja, do passado) sobre os futuros imaginados.

Palavras-chave: Transições, Agricultura, Prospectiva, Sistemas alimentares, Futuro.

IMAGINED FUTURES IN THE TRANSITION TOWARDS SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS: FICTIONAL EXPECTATIONS AND COLECTIVE ACTION OF FAMILY FARMING IN THE LITORAL NORTE – RIO GRANDO DO SUL

ABSTRACT

The transition to sustainable food systems has been a central topic on the agenda of organizations, governments, and companies. Although the topic itself encompasses a horizon of future, discussions are often limited to diagnoses of the historical trajectory of transformations in agriculture. In contrast, engaging a dialogue with the sociological literature on how imagined futures shape social changes, this article analyzes the fictional expectations that guide the transition strategies constructed by family farming organizations on the Litoral Norte of Rio Grande do Sul. The study was conducted between May and December 2023 through the articulation of prospective analysis and action research techniques. Data were collected through interviews, surveys, and focus groups involving representatives of 21 organizations. Based on the identification of critical factors for the transition, the article discusses two issues insufficiently addressed in the literature: changes in expectations when social actors are exposed to the imperative of public criticism and the strength of institutional mechanisms of path dependence (i.e., of the past) on imagined futures.

Keywords: Transitions, Agriculture, Foresight analysis, Food systems, Future.

INTRODUÇÃO

A intensificação e a confluência de múltiplas crises direta ou indiretamente relacionadas com a dinâmica dos sistemas alimentares tem ampliado o interesse de pesquisadores, governos, empresas e organizações sociais pela discussão sobre a transição para modelos mais sustentáveis de produção e consumo (Abramovay et al., 2024). O tema está no centro da agenda dos principais fóruns globais e, em alguns países, já se traduz em novas políticas públicas e estratégias empresariais, bem como em mudanças nas práticas alimentares cotidianas dos seus cidadãos (Gomez-Trujillo et al., 2021). No entanto, uma das maiores dificuldades para avançar nessa direção é que o fato de que essas crises têm gerado um contexto de incertezas radicais, que fazem o presente e o futuro constituírem ordens temporais cada vez mais díspares em relação no passado (Scoones e Stirling, 2020) e, portanto, impondo limites para pensar as transições a partir do que já foi experienciado em outros momentos.

Embora essa discussão comporte em si mesma um horizonte de futuro, ela frequentemente limita-se a diagnósticos sobre a trajetória histórica das transformações na agricultura. É verdade que, há décadas, entidades multilaterais, *think tanks* e órgãos governamentais elaboram projeções de futuro que orientam a formulação de políticas agrícolas. No meio acadêmico, esse tipo de estudo é uma predileção de economistas que constroem sofisticados modelos matemáticos preditivos de tendências de mercado. No entanto, tais modelos geralmente amparam-se em informações de séries históricas e, portanto, oferecem um olhar mais orientado pelo passado que pelo futuro. Por conseguinte, também não impressiona a incapacidade preditiva desses estudos, que depositam agora todas as expectativas no aprimoramento da inteligência artificial para lidar com grandes dados.

O olhar dos sociólogos é ainda mais marcado pelas referências ao passado. Com efeito, não impressiona que os “estudos de futuro” e as “análises prospectivas” sejam terrenos pouco explorados pela sociologia – inclusive pela resistência que a simples ideia de “previsão” encontra nessa disciplina (Patrouilleu e Decker, 2022). A partir de um diálogo com a fenomenologia de Schutz e o pragmatismo de Mead and Dewey, Ann Mische (2009, p. 685) foi uma das primeiras a reclamar de maneira mais incisiva a necessidade da sociologia “olhar seriamente para os efeitos dos futuros projetados como uma força dinâmica que sustenta a mudança social.” De acordo com ela, “examinar projeções de futuro não é assumir que elas se tornam realidade, mas explorar as maneiras pelas quais elas influenciam profundamente a interação social, ainda que de maneiras possivelmente

contraditórias e surpreendentes” (p. 702). Isso não significa, como corretamente alerta Jens Beckert (2017), que o pesquisador buscará prever o futuro, mas compreender como os “futuros imaginados” pelos próprios atores sociais afetam suas ações no presente.

Em diálogo com essa literatura, este artigo procura compreender o processo de construção social dos futuros imaginados pelas organizações da agricultura familiar do Litoral Norte gaúcho para a transição sustentável dos sistemas alimentares? A escolha deste território deve-se ao fato de a pesquisa ter sido realizada no âmbito do projeto Transições para Sistemas Alimentares Sustentáveis (TAFS), uma plataforma de pesquisa comparada sobre práticas e políticas que visam promover transições para sistemas alimentares sustentáveis em nove países da América Latina (Brasil, Argentina), África (África do Sul, Burkina Faso, Madagascar, Mali) e Ásia (Vietnam, Laos). Iniciado em 2020 e financiado pelo Ministério Francês de Relações Internacionais, o projeto é coordenado pelo Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD) e, na América Latina, pela Rede Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural (PP-AL).

A primeira fase do projeto, realizada em 2020 e 2021, consistiu na análise das rotas de transição nos sistemas alimentares em nível nacional (Niederle et al., 2022; Sabourin et al., 2020). Já a segunda fase, realizada em 2022, centrou a atenção sobre a dinâmica dos sistemas alimentares na escala territorial que, no caso brasileiro, refere-se ao Litoral Norte do Rio Grande do Sul (Niederle et al., 2023). Com base no conhecimento produzido nessa fase, no ano seguinte o projeto avançou para a construção participativa de cenários para os sistemas alimentares em escala territorial. Os dados que subsidiaram as discussões deste artigo são oriundos, principalmente, dessa terceira fase da pesquisa. Conduzida entre maio e dezembro de 2023, ela articulou ferramentas de análise prospectiva e técnicas de pesquisa-ação junto ao autodenominado Coletivo de Organizações da Agricultura Familiar do Litoral Norte (doravante apenas Coletivo).

Além de identificar os fatores críticos para a transição, o artigo explora duas questões que, até o presente momento, foram insuficientemente tratadas pela literatura sociológica sobre a construção das expectativas ficcionais sobre o futuro. A primeira diz respeito às mudanças nas expectativas dos atores quando eles são expostos ao imperativo da crítica pública, de tal modo que, quando o foco principal é a ação coletiva, torna-se fundamental o uso de técnicas que captem as tensões entre as expectativas individuais e a construção de futuros comuns. A segunda destaca o peso

dos mecanismos institucionais de dependência de trajetória (ou seja, do passado) para a projeção dos futuros imaginados. Para chegar até essas duas questões, inicialmente apresentamos o quadro analítico que orientou o estudo. Em seguida, caracterizamos as principais dinâmicas de transição observadas no território. A seção subsequente apresenta as escolhas metodológicas para coleta e análise dos dados. A penúltima seção apresenta e discute os principais resultados. As considerações finais resumizam os principais achados do estudo e apontam pistas para a continuidade das pesquisas.

FUTUROS IMAGINADOS COMO FERRAMENTAS DE ANÁLISE SOCIAL

Para Beckert (2017, p. 166), “o capitalismo institucionaliza uma forma de organização da atividade econômica na qual os atores são forçados a se orientar na direção de um futuro aberto e imprevisível.” De acordo com o autor, essa “ordem temporal” configura-se como a principal orientação cognitiva que os atores dispõem para articular suas estratégias econômicas, o que implica alto grau de incerteza em decorrência da “incalculabilidade do futuro”. Assim como as crises que ela provoca, essa incerteza não é um problema a ser resolvido, mas um componente inerente e uma condição necessária para a incessante dinâmica de renovação do capitalismo. A organização dos mercados financeiros, incluindo o conhecido mercado futuro das *commodities* agrícolas, configura um exemplo paradigmático dessa dinâmica. Não obstante, o argumento sustentado por Beckert é que essa ordem temporal se aplica de maneira mais generalizada às sociedades pós-tradicionais.

No setor agroalimentar, as análises prospectivas produzidas por órgãos de planificação de políticas públicas são uma das principais expressões de estudos que miram o futuro como horizonte temporal de ação (Patrouilleu e Dekker, 2022). No Brasil, duas referências neste sentido são as Projeções do Agronegócio, publicadas regularmente pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, e o documento “Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira”, produzido pela Embrapa. Sob forte influência dos economistas agrícolas, esses estudos privilegiam a utilização de modelos matemáticos para, por meio do tratamento estatístico das informações agropecuárias, projetar cenários e tendências de mercado. Trata-se, portanto, de um olhar que se centra mais precisamente sobre o passado do que o futuro, e que, em virtude da incapacidade de incorporar as incertezas nas suas equações, é ineficaz enquanto instrumento preditivo de futuros cada vez mais indeterminados.

O tipo de futuro incerto e aberto ao qual refere-se Beckert (2017) não está associado a riscos calculáveis que podem ser incorporados em uma matriz quantitativa a partir da qual definem-se probabilidades. Ele ancora-se em “expectativas ficcionais” produzidas por narrativas que se valem de um passado que é continuamente reinterpretado. Os futuros imaginados, que não devem ser confundidos com utopias, configuram projeções que ponderam as informações disponíveis, mas também as esperanças, os medos e as crenças dos atores (Beckert, 2017). Na mesma direção, Mische (2009, p. 699) destaca que, “independentemente de as projeções futuras “realmente” preverem o futuro, elas têm influência na ação”. Ou seja, elas são reais nas suas consequências, muito embora estas geralmente sejam muito diferentes dos futuros imaginados que motivaram a ação.

Essa noção de expectativas como imagens que os atores formulam para encarar o futuro encaixa-se em uma epistemologia que ampara as inúmeras abordagens que acentuam a importância das ideias, referenciais e narrativas na produção das ações públicas (Lukic e Tomazini, 2013). A diferença, no entanto, é essa premência de uma ordem temporal orientada ao porvir. Mesmo assim, as imaginações nas quais os atores se baseiam possuem um fundamento na sua existência e, portanto, elas não estão descoladas da realidade. Trata-se antes de uma “duplicação da realidade”, como afirma Becker recorrendo à formulação de Luhmann (1996). Os atores não estão, portanto, fazendo previsões do futuro, mas projetando suas ações a partir de expectativas daquilo que eles acreditam que efetivamente irá se realizar, ainda que a veracidade não possa ser conhecida.

Essas expectativas jamais são estritamente individuais, já que são produtos da realidade social. A partir de um diálogo com Simmel, essa dimensão interacional é incorporada por Mische (2009) no conceito pragmatista de *sociality* elaborado por Mead: “O processo de formação de projetos implica a capacidade de interpretar e coordenar as próprias ações de acordo com os motivos e projetos de outros atores” (Mische, 2009, p. 698). Ainda de acordo com a autora, “enquanto alguns grupos culturais imaginam o futuro como resultado principalmente das ações independentes dos indivíduos, outros preveem seus futuros como fortemente enraizados socialmente”. Da mesma forma, algumas pessoas podem compartimentar interações imaginadas em suas diversas redes, enquanto outras antecipam interseções entre diferentes mundos relacionais (Mische, 2009, p. 701).

Além dessa dimensão (*sociality*), Mische (2009) propõe outras oito dimensões cognitivas que possibilitam entender a forma e o conteúdo das projeções futuras, a saber: *Alcance* (até onde as

projeções são feitas: no curto, médio ou longo prazo); *Amplitude* (o leque de possibilidades consideradas no processo projetivo); *Clareza* (o grau de detalhamento criado pelos atores em relação ao futuro projetado); *Contingência* (o grau de predeterminação do futuro: se fixo ou flexível); *Expansibilidade* (o nível de expansão ou contração do futuro em relação ao presente); *Volição* (a postura assumida pelos atores em relação ao futuro projetado: se passiva ou ativa); *Conectividade* (o entendimento dos atores de causa e efeito entre os elementos temporais dentro do futuro projetado); e *Gênero* (o gênero discursivo do qual os atores lançam mão para projetar o futuro). Como veremos à frente, algumas dessas categorias mostram-se úteis para a nossa pesquisa.

SITUANDO HISTORICAMENTE O TERRITÓRIO

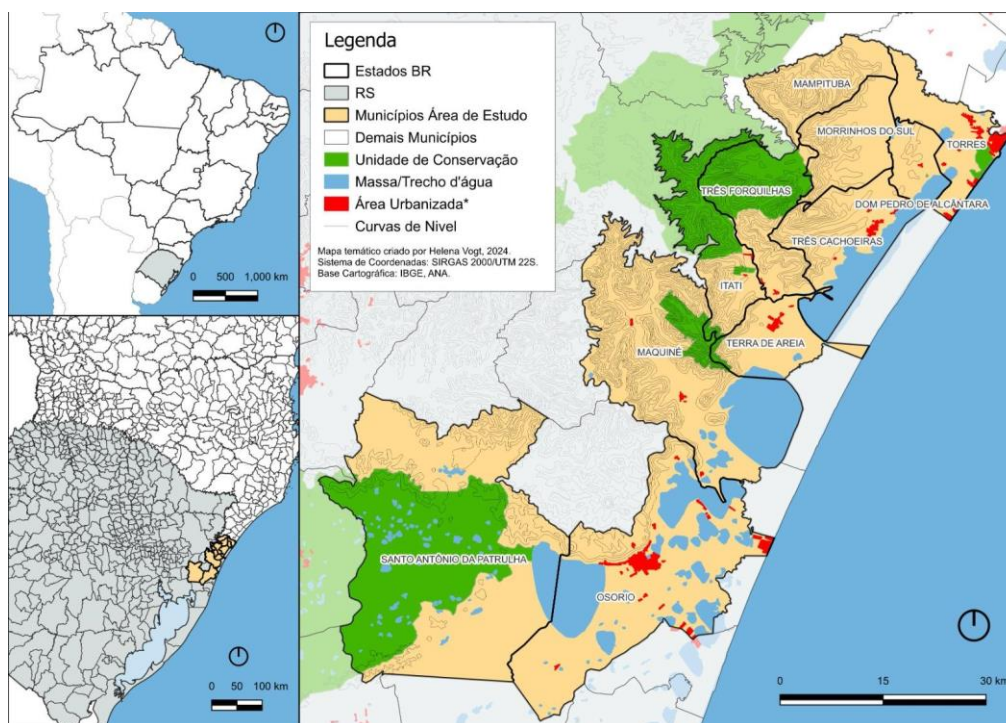
O Litoral Norte está localizado na região Nordeste do Rio Grande do Sul e, no recorte analítico deste trabalho, abrange os municípios de Maquiné, Terra de Areia, Itati, Osório, Três Forquilhas, Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul e Mampituba, todos originados de distritos emancipados dos municípios de Osório, Torres ou Santo Antônio da Patrulha. O território está situado entre a planície lagunar e os Campos de Altitude do Planalto Meridional, dentro de uma moldura ambiental formada pelas encostas e vales da Serra Geral associadas à planície lagunar, dentro do domínio do Bioma Mata Atlântica (Figura 1).

A presença da agricultura familiar no território remete ao assentamento, nos séculos XVIII e XIX, de imigrantes europeus não ibéricos em projetos de colonização de áreas de Mata Atlântica nos vales e nas encostas interioranas da Serra Geral. Em contraste com o reduzido número de estabelecimentos originados da concessão de sesmarias e dedicados à atividade pecuária na planície lagunar, os vales e encostas foram colonizados por um grande número de estabelecimentos em que prevalecia a força de trabalho familiar e dedicados à produção diversificada de alimentos.

As dinâmicas socioprodutivas da agricultura familiar consolidaram-se entre 1930 e 1950, depois de um longo período de adaptação dos colonos imigrantes às condições ambientais da região, da emergência de uma economia local baseada nos excedentes de produção e de sua conexão com a economia regional por meio da construção de vias de transporte lagunar e terrestre. Entretanto, a crise desse sistema acelerou-se substantivamente a partir dos anos 1960, notadamente em virtude dos

impactos do projeto de modernização da agricultura, que favoreceu a grande propriedade, e dos limites à exploração do solo agrícola impostos pelas ações de preservação da Mata Atlântica (Martins, 2022).

Figura 1 - Mapa do território do Litoral Norte do RS, evidenciando os municípios, Unidades de Conservação, as áreas urbanizadas e a topografia da região



Fonte: Elaborado por Helena Vogt a partir de bases cartográficas do IBGE (2024).

A modernização da agricultura apresenta-se como um marco das transformações da região por estimular cadeias produtivas específicas e introduzir uma nova base técnica para a agricultura. Um exemplo emblemático nesse sentido foi a expansão do cultivo de cana-de-açúcar promovido pela Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA). Embora presente na região desde o século XVIII¹, a expansão das áreas de cultivo, sua produção de forma integrada e baseada nos princípios da revolução verde ocorreu com a AGASA. Com menos importância, esse mesmo processo ocorre com a produção de leite, promovido pela Companhia de Laticínios e Correlatos (CORLAC) e pela cultura do tabaco.

¹ A cana-de-açúcar estava presente nas dinâmicas familiares de produção artesanal de seus derivados, assim como já era destinada à produção industrial de açúcar desde 1928 na Usina Santa Marta em Osório (Barroso, 2006).

Ao mesmo tempo em que essas cadeias produtivas industriais se estabeleceram no território, a produção agrícola colonial de base familiar começou entrar em crise, notadamente em virtude da depreciação dos preços dos produtos e reorganização dos mercados agrícolas. Assim, a década de 1980 se encerra com o território mergulhado em uma profunda crise social e econômica das famílias agricultoras, decorrente da desarticulação das cadeias produtivas tradicionais e pela descontinuidade da produção integrada da cana-de açúcar e leite. Dentre as poucas alternativas que começaram a se constituir, destacam-se naquele momento a produção convencional de hortaliças, nos vales, e de banana, nas encostas - ambas as atividades controladas por intermediários conectados ao comércio atacadista.

Em resposta a esse cenário, o Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida de Agroecologia se constituiu em 1998, consolidando uma iniciativa de famílias agricultoras ligadas às pastorais sociais decididas a superar a exclusão socioeconômica e o modelo técnico do projeto modernizador (Martins, 2022). A organização social na região já existia por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), fundados em meados da década de 1960, com atuação voltada ao atendimento assistencial de saúde e acesso a direitos fundamentais. De outro modo, a Rede Ecovida articula-se como um ator coletivo capaz de construir rotas alternativas de valorização simbólica e econômica dos sistemas produtivos da agricultura familiar a partir da agroecologia, dos sistemas participativos de produção orgânica e do acesso a mercados (Martins, 2022).

Com a criação de novas políticas públicas (Grisa e Schneider, 2014), a década de 2000 marca um período de revigoramento da agricultura familiar na região do Litoral Norte do RS. O contexto de acesso à crédito (custeio e investimento) e a ampliação da assistência técnica favoreceu a agricultura familiar de forma geral. Por sua vez, a implementação de mercados institucionais para a agricultura familiar foi determinante para a constituição de cooperativas na região (Oliveira, Grisa e Niederle, 2020). A possibilidade de construir respostas mais estruturadas em torno dos processos de comercialização tornaram as cooperativas da agricultura familiar um importante dispositivo para o enfrentamento econômico de uma crise ainda não superada.

Os dados censitários ainda sugerem uma tendência de redução do número de estabelecimentos rurais e de êxodo rural. Embora essa tendência esteja distribuída em todo o território, as unidades produtivas localizadas em áreas mais acidentadas de fundo de vale, onde a

cultura da banana não se estabeleceu, foram as mais afetadas. Do abandono do uso agrícola das terras emerge a exuberância da Mata Atlântica associada à beleza cênica dos vales e encostas da Serra Geral. Na medida em que se reafirmou a relevância ecológica da região como zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no ano de 1993, a fiscalização ambiental voltada ao controle do corte da vegetação nativa e à agricultura de coivara, em alguma medida, contribuiu para esse cenário de esvaziamento. É sobre esse cenário de unidades produtivas desativadas que a visitação turística passa a se desenvolver, muito mais como uma atividade voluntária dos visitantes do que como projeto do poder público ou de iniciativa local.

Nas duas últimas décadas o território tem vivenciado um aumento da frequência de fenômenos climáticos extremos de estiagem, enchentes, vendavais e ciclones, provocando danos nas infraestruturas públicas e privadas, perdas produtivas e acumulando prejuízos econômicos². O cenário de emergência climática adicionou uma nova camada ao conjunto de desafios vivenciados pelo território. A abrangência e baixa governabilidade sobre os fenômenos climáticos se materializam na forma de impactos sobre as dinâmicas socioprodutivas da agricultura familiar e passam a exigir respostas específicas para o seu enfrentamento.

Com vistas a fazer frente a esse conjunto de desafios, diferentes iniciativas para a construção de espaços de governança e articulação têm sido criadas no território. Uma dessas iniciativas remonta ao I Seminário da Agricultura do Litoral Norte do RS, realizado em 2022, quando se constituiu o Coletivo de Organizações da Agricultura Familiar do Litoral Norte do RS. Fazem parte do Coletivo organizações da agricultura familiar que atuam nos segmentos da agroecologia e produção orgânica, cooperativismo, turismo e movimentos sociais. Apesar de recente, o Coletivo constitui-se como um espaço a partir do qual organizações buscam convergências (tanto dentro dos diferentes segmentos quanto entre segmentos) com o objetivo de construir propostas para o desenvolvimento territorial a partir do campo político da agricultura familiar.

² A Região Sul do Brasil situa-se em uma zona de transição climática que, associado às características geográficas e geomorfológicas do Rio Grande do Sul, explicam a variabilidade climática e a instabilidade climática sobre o Litoral Norte. Contudo, os últimos anos têm sido marcados pelo aumento da frequência de fenômenos climáticos extremos na região (Ciclone Catarina – março de 2004; enchente – fevereiro de 2007; vendaval - fevereiro de 2009; vendaval - outubro de 2014; enchente – março de 2015; estiagem - primavera/verão de 2019/2020; tempestade subtropical – maio de 2020; Ciclone Bomba – junho de 2020; estiagem - primavera/verão de 2020/2021; estiagem - primavera/verão de 2021/2022; enchente – março de 2023; enchente – junho de 2023; enchente – novembro de 2023; enchente – maio de 2024).

METODOLOGIA

A construção dos futuros imaginados pelas organizações da agricultura familiar do Litoral Norte gaúcho ocorreu ao longo de três encontros presenciais nos meses de julho, setembro e novembro de 2023. O trabalho de pesquisa foi conduzido por meio de uma observação participante que envolveu representantes de 21 organizações que compõem o Coletivo de Organizações do Litoral Norte do RS (Quadro 1). Ao longo do processo de pesquisa buscou-se compreender a percepção das organizações sobre a mudança social no território a partir de quatro subgrupos (cooperativas, turismo, movimentos sociais, agroecologia/produção orgânica), constituídos pela natureza das atividades desenvolvidas pelas organizações.

Quadro 1 - Coletivo de Organizações do Litoral Norte do RS

Subgrupos	Organizações
Cooperativas	Cooperativa dos Consumidores de Produtos Ecológicos de Três Cachoeiras (COOPET)
	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT)
	Cooperativa de Consumo e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais do Litoral Norte (COOPVIVA)
	Cooperativa de Produtores de Dom Pedro de Alcântara
	Cooperativa Econativa de Produtores Ecologistas (ECONATIVA)
	Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (RedeCoop-RS)
Turismo	Cooperativa de Turismo de Itati, Três Forquilhas e Terra de Areia (COTITTA)
	Roteiro Turístico “Raízes de Torres”
	Roteiro Turístico “Osório Rural”

	Rota Turística Caminho dos Vales e das Águas
Movimentos sociais	Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santo Antônio da Patrulha
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Maquiné
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Osório
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Morrinhos do Sul
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Torres
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Três Cachoeiras
	Associação Sindical Regional Litoral
	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
Agroecologia / Produção orgânica	Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida
	OPAC Litoral
	Centro Ecológico

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

O primeiro encontro foi dedicado a identificar fatores-chave (condicionantes) a partir da seguinte questão norteadora: “Quais fatores estão influenciando (ou influenciarão) o desenvolvimento do teu *segmento* e da tua *organização* desde o momento atual até os próximos dez anos?”. Nessa dinâmica os subgrupos foram instados a classificar fatores favoráveis e desfavoráveis para a promoção dos processos de transição para sistemas alimentares sustentáveis. Em seguida, eles categorizaram esses fatores em função da maior ou menor capacidade de gestão (governabilidade) que o segmento possui sobre eles. O último momento desse primeiro encontro envolveu a

apresentação dos resultados de cada grupo para o coletivo, com o objetivo de identificar confluências e particularidades.

Os resultados desse processo, juntamente com a gravação dos debates, foram sistematizados e organizados por meio de uma matriz de fatores, de acordo com cada segmento, e enviados ao Coletivo para validação. Eles serviram de base para o trabalho do segundo encontro, o qual teve por objetivo aprimorar a discussão relacionada aos fatores-chave, dando continuidade à identificação dos condicionantes do futuro. Este encontro foi dividido em duas etapas. Na primeira, os participantes refinaram os resultados do encontro anterior e, a partir disso, novos fatores-chave foram adicionados. Na segunda etapa, cada subgrupo identificou, dentre todos os fatores levantados, um fator crítico ao segmento, mas que também afeta os demais segmentos, e dois ou três fatores críticos que afetam especificamente o segmento. A escolha desses fatores críticos foi baseada na percepção daquilo que os atores julgavam mais relevante, ou seja, com maior impacto sobre as dinâmicas da agricultura familiar do território. Ao final desse processo de hierarquização, os grupos foram instados a justificar suas escolhas perante o coletivo, expondo suas percepções à crítica pública. Novamente, os resultados do debate (juntamente com a gravação das discussões) foram sistematizados e compartilhados com o Coletivo.

Uma nova matriz foi construída com base na recorrência dos fatores, mas também nas suas características em termos de maior ou menor capacidade de governabilidade dos atores territoriais. Naquele momento, entre o segundo e o terceiro encontro, os pesquisadores avaliaram que a lista de fatores/condicionantes construída pelo coletivo não abarcava algumas questões que já haviam sido identificadas como problemas críticos nas entrevistas realizadas durante as fases anteriores do projeto TAFS. Um exemplo particularmente preocupante neste sentido era a ausência da dimensão ambiental e das mudanças climáticas, haja vista que o território tem sido recorrentemente afetado por eventos extremos. Assim, após a adição dessa dimensão, a lista final foi composta por 16 fatores-chave subdivididos em cinco dimensões gerais (ver duas primeiras colunas do Quadro 2)

O passo subsequente foi a construção de uma segunda matriz de possibilidades a partir da análise dos argumentos identificados nos debates dos dois primeiros encontros e das entrevistas realizadas nas fases anteriores do projeto TAFS. Para cada um dos 16 fatores foram então construídas três hipóteses de futuro. Em cada extremo, estavam duas hipóteses que expressavam aquilo que, nos

seus discursos, os atores identificavam como as situações mais favoráveis ou desfavoráveis. Já a terceira hipótese sugeria uma situação intermediária entre os extremos (ver últimas três colunas do Quadro 2).

Previamente ao terceiro encontro, um *survey* digital foi encaminhado aos participantes para recolher suas percepções individuais sobre essas hipóteses. A partir das 15 respostas obtidas foi construída uma nova matriz, sendo mantidas apenas as hipóteses que foram escolhidas por, no mínimo, quatro participantes. Os resultados do *survey* foram então apresentados no terceiro encontro do Coletivo. Nesse momento, o objetivo inicial da equipe era analisar qual seria o posicionamento dos atores com relação às hipóteses predominantes e, a partir disso, construir diferentes cenários. Cabe notar que, já neste momento, para alguns fatores apenas uma hipótese foi apresentada ao grupo, haja vista que as demais não haviam sido escolhidas por pelo menos quatro participantes. A partir disso, o grupo iniciou um processo de reformulação das hipóteses, inclusive reincorporando ao texto elementos que estavam presentes naquelas que inicialmente foram descartadas. O objetivo era avançar na produção de entendimentos comuns, de onde emergiria um único cenário provável (ver Quadro 3 na próxima seção).

Quadro 2 - Matriz de possibilidades para os fatores-chave identificados

Dimensão	Fatores-chave	Hipóteses		
		A - Extremo favorável	B - Hipótese intermediária	C - Extremo desfavorável
Políticas Públicas e governança	Educação e desenvolvimento rural	Educação contextualizada para o reconhecimento da ruralidade como componente relevante do território. Valorização e inclusão de grupos sociais vulnerabilizados e invisibilizados	Educação contextualizada apenas para determinados grupos rurais do território, invisibilizando outros atores.	Educação que oculta e exclui grupos, espaços, dinâmicas que não se adequam à imagem um território urbanizado
	Abordagem das políticas públicas para agricultura familiar	Políticas orientadas por um referencial sistêmico e integrado (o que também implica em um enquadramento plural da AF)	A abordagem sistêmica não ocorre de forma generalizada, direcionada para ações muitas vezes contraditórias	Políticas orientadas por um referencial setorial que restringe o enquadramento da AF
	Políticas públicas e cooperativismo	Políticas apoiando criação e consolidação de cooperativas, associações, grupos, redes	Políticas que estimulam formas de organização coletiva que não cumprem com os princípios do cooperativismo ou são apropriadas para fins privados	Ausência de políticas públicas voltadas ao associativismo/cooperativismo
	Acreditação dos sistemas agroecológicos/orgânicos	Fortalecimento dos processos de controle social na perspectiva de uma agroecologia que extrapola a produção agrícola (dimensões socioculturais)	Burocratização dos processos certificação, restringindo dinâmicas agroecológicas e limitando práticas produtivas	Convencionalização, apropriação e flexibilização dos processos de certificação orgânica para permitir ingresso de empresas não comprometidas com a agroecologia (e focadas estritamente na produção)

Gestão do espaço	Regionalização da ação pública	Reconhecimento da diversidade interna do território e, portanto, da necessidade de políticas adaptadas aos diferentes contextos (rural/urbano; litoral/encosta)	Constante tensionamento entre diferentes concepções do território e, consequentemente, da ação pública	Hegemonia de uma concepção limitada que leva à concentração dos recursos nos municípios litorâneos em virtude da ideia de um "território praia"
	Regularização fundiária	Políticas adequadas de regularização atendendo necessidades da AF e grupos sociais vulnerabilizados	Políticas erráticas (AF avança, mas também flexibiliza urbanização predatória)	Ausência do Estado e insegurança jurídica que favorece práticas violentas de expropriação
	Urbanização e demografia	Cidades sustentáveis, integradas ao território, com população urbana e turistas que se reconhecem como parte do território / turismo de base comunitária	Coexistência entre a urbanização predatória e contextos urbanos mais sustentáveis, mas com constantes tensionamentos entre o turismo de base comunitária e o turismo de massa	Urbanização predatória (condomínios de luxo, loteamentos sem permissão etc.) com população e turistas que apenas usufruem dos recursos (turismo massificado)
Ambiental e Mudanças Climáticas	Eventos extremos	Pouco recorrentes e sem prejuízos significativos	Efeitos com impacto médio e/ou localizados em determinadas porções do território e/ou afetando apenas determinados setores	Eventos recorrentes, generalizados e que causam grande prejuízo à economia local e às infraestruturas públicas e privadas
	Mecanismos de prevenção	Sistemas de informação que permitam antecipar e prevenir ocorrências	Existência de sistemas organizados para antecipação de eventos, mas ainda com baixa capacidade de prevenção	Inexistência de informações confiáveis e falta coordenação
	Capacidade de resposta	Além de infraestrutura mais resistente e políticas de seguro, valorização de serviços ambientais, sistemas resilientes, incluindo agroecologia, e garantia de SAN	Resposta concentrada apenas em recuperação de infraestrutura de estradas, pontes, eletrificações. Apoio às famílias via	Deterioração completa da infraestrutura pública comprometendo gravemente dinâmicas socioeconômicas do território e forçando migração dos atores atingidos

			mecanismos convencionais de seguro agrícola e ajuda alimentar convencional	
Atuação Sociopolítica e Ação coletiva dos atores territoriais	Capacidades e articulação interna das organizações	Organizações com equipes adequadas, com formação, recursos, e planos de trabalho delineados	Organizações com baixa capacidade de gestão, recursos humanos e financeiros limitados, agendas de trabalho pouco delineadas	Extinção de cooperativas, ONGs, associações devido à dificuldade de articulação interna de seus participantes
	Espaços e instâncias de gestão das políticas	Ampliação dos espaços de representação e maior capacidade de negociação política de diferentes atores sociais. Ampliação da capacidade de governança e de processos participativos de gestão. Prefeituras apoiando ativamente ações coletivas territoriais	Aumento de alguns espaços de participação, mas ainda com capacidade de gestão limitada e tensões/conflitos entre atores/projetos. Prefeituras com apoio pontual limitado a determinados temas	Processos de gestão excludentes, sem abertura de espaços de participação social. Prefeituras boicotando estratégias coletivas territoriais
	Articulação dos movimentos/organizações sociais	Organizações e movimentos articulados em rede, com capacidade de incidência e projetos coletivos	Limitada capacidade de atuação em rede, com agendas medianamente estabelecidas, mas ainda com disputa por recursos	Organizações e movimentos desarticulados, disputando recursos
Mercados	Oferta/demanda	Expansão da demanda por alimentos orgânicos com acesso a mercados diversificados (circuitos curtos, mercados territorializados, compras públicas etc.)	Expansão dos monocultivos de banana orgânica voltada a mercados convencionais (com simplificação dos sistemas agrícolas)	Retração do mercado de orgânicos e/ou expansão do monocultivo da banana convencional, com crescente simplificação dos sistemas agrícolas
	Preços/Qualidade	Agricultores e cooperativas com capacidade de influenciar definição de preços e parâmetros de qualidade	Agricultores e cooperativas com moderada capacidade de influência, mas ainda alta	Agricultores e cooperativas como tomadores de preço e dos parâmetros de qualidade (definido externamente)

			influência de outros atores sobre os parâmetros de qualidade e preço	
	Trabalho (na agricultura e no setor de serviços)	Disponibilidade de mão-de-obra qualificada e com remuneração adequada	Disponibilidade de mão de obra não qualificada e mal remunerada	Escassez de mão de obra e trabalho precário

Resultados e discussão

O Quadro 3 sumariza a configuração final dos fatores e futuros imaginados a qual o grupo chegou ao final do percurso da pesquisa. Note-se que a própria redação originalmente empregada para a composição das hipóteses favoráveis, desfavoráveis ou intermediárias (Quadro 2, supra) foram alteradas pelos atores. Além disso, quando não houve acordo, as duas redações que aparecem para alguns fatores não dizem mais respeito a situações favoráveis ou desfavoráveis, mas àquilo que diferentes atores projetam como distintos futuros prováveis.

Quadro 3 – Futuros imaginados considerando os fatores-chave analisados

Dimensões	Fatores Críticos	Futuros imaginados
Políticas públicas e governança	1. Educação e desenvolvimento rural	Experiências pontuais de educação contextualizada aos grupos do território
		Educação generalista e descontextualizada, que privilegia a imagem de um território urbanizado
	2. Abordagem das políticas públicas para agricultura familiar	Políticas orientadas por diferentes referenciais, o que leva a proliferação de ações com objetivos opostos e divergentes
		3. Políticas públicas e cooperativismo
Coexistência desequilibrada de Políticas que apoiam, ao mesmo tempo, cooperativas com formas de organização coletiva embasadas nos princípios do cooperativismo solidário e cooperativas com lógicas direcionadas para fins privados		
Gestão do espaço	4. Acreditação dos sistemas agroecológicos/ orgânicos	Ampliação das políticas voltadas para a inserção de empresas focadas exclusivamente na produção e direcionadas para mercados de maior escala (especialmente na certificação participativa)
	5. Regionalização da ação pública	Constante tensionamento entre diferentes concepções do território (rural/urbano; litoral/encosta) e, conseqüentemente, da ação pública,

		gerando disputas por recursos entre os municípios. Abrem-se oportunidades
	6. Regularização fundiária	Políticas e ações imprecisas no que tange às diferentes necessidades dos grupos sociais, o que implica em avanços direcionados para a regularização junto à agricultura familiar, mas também a convivência com a urbanização predatória
	7. Urbanização e demografia	Coexistência entre a urbanização predatória e contextos urbanos mais sustentáveis, mas com constantes tensionamentos entre o turismo de base comunitária e o turismo de massa
		Urbanização predatória (condomínios de luxo, loteamentos sem permissão etc.) com população e turistas que apenas usufruem dos recursos (turismo massificado)
Ambiental e Mudanças Climáticas	8. Eventos extremos	Eventos recorrentes, generalizados e que causam grande prejuízo à economia local e às infraestruturas públicas e privadas
	9. Mecanismos de prevenção	Existência de sistemas organizados para antecipação de eventos, mas com baixa capacidade de prevenção
	10. Capacidade de resposta	Resposta dos governos concentrada em recuperação de infraestrutura de estradas, pontes, eletrificações. Apoio às famílias via mecanismos convencionais de seguro agrícola e ajuda alimentar convencional. Ao mesmo tempo, iniciativas sociais, localizadas, focadas em ambientes mais resilientes
Atuação Sociopolítica e Ação coletiva dos atores territoriais	11. Capacidades e articulação interna das organizações	Organizações com agendas de trabalho em constante delineamento, algumas com capacidade de gestão maiores do que de outras
		Organizações com baixa capacidade de gestão, recursos humanos e financeiros limitados, agendas de trabalho coletivo pouco delineadas
	12. Espaços e instâncias de gestão das políticas	Aumento de alguns espaços de participação, mas ainda com capacidade de gestão limitada e tensões/conflitos entre atores/projetos. Prefeituras com apoio pontual limitado a determinados temas
	13. Articulação dos movimentos/	Organizações e movimentos articulados em rede, com capacidade limitada de incidência e projetos coletivos

	organizações sociais	Limitada capacidade de atuação em rede, com agendas medianamente estabelecidas, mas ainda com disputa por recursos
Mercados	14. Oferta/demanda	Expansão da demanda por alimentos orgânicos com acesso a mercados diversificados (circuitos curtos, mercados territorializados, compras públicas etc.); expansão e fortalecimento das relações entre produtores e consumidores (ex: CSA), contribuindo para a diversificação de processos organizativos e fortalecimento dos processos de comercialização direta, prevalecendo modos autônomos de organização.
		Expansão dos monocultivos de banana orgânica voltados a mercados convencionais (com simplificação dos sistemas agrícolas), com ações pontuais de articulação entre produtores e consumidores de alimentos diversificados e sustentáveis da agricultura familiar
	15. Preços/Qualidade	Agricultores e cooperativas com capacidade de influenciar definição de preços e parâmetros de qualidade
		Agricultores e cooperativas com moderada capacidade de influência, mas ainda alta influência de outros atores sobre os parâmetros de qualidade e preço
	16. Trabalho (na agricultura e no setor de serviços)	Disponibilidade de mão de obra não qualificada
		Ausência de mão de obra

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Apesar dos desacordos em certos temas, as diferenças abarcam questões pontuais que poderiam ser tratadas como variações de um mesmo cenário geral. Essas variações dizem respeito ao entendimento diferenciado sobre a maior ou menor capacidade de articulação e ação das organizações sociais da agricultura familiar na construção e sustentação de uma rota alternativa de desenvolvimento que, no futuro próximo, não teria condições de substituir a rota principal, mas poderia servir como um desvio por onde escoariam inovações em práticas produtivas, econômicas e organizacionais que asseguram a viabilidade dos agricultores que se engajam nos processos de transição para formas mais sustentáveis de agricultura.

Seguindo as categorias sugeridas por Mische (2009), no caso analisado a *volição* (postura mais passiva ou ativa perante o futuro) parece apresentar uma forte correlação com a *socialidade*, que reflete o grau em que as projeções futuras são ocupadas por outras pessoas com ações interligadas. A coalizão construída em torno do Coletivo assume um papel central na medida em que cria as condições para a participação coletiva, o engajamento e a definição de futuros comuns. O processo metodológico adotado na pesquisa nos impede de tirar conclusões a respeito do tipo de postura individual. No entanto, é possível afirmar que a própria construção do Coletivo, por meio dos encontros e projetos que vêm sendo articulados, sugere que essa dimensão parece ser compartilhada por todos ao assumirem uma postura ativa em direção ao futuro que eles almejam. A *volição* também se evidencia no âmbito dos segmentos, em especial o do turismo, com propostas concretas em torno da regulamentação da atividade no âmbito da agricultura familiar e consolidando uma concepção de turismo solidário. Essa dimensão também fica evidente para o segmento do cooperativismo, que já desenvolve ações de intercooperação entre as diferentes cooperativas no sentido de garantir abastecimento e otimizar as rotas de entrega de produtos.

No que tange à *amplitude*, destaca-se o amplo leque de fatores elencados como críticos para a definição do futuro. Ademais, na metade dos casos nota-se também uma ramificação em duas projeções de futuro. Em relação a isso, dois pontos devem ser mencionados. Por um lado, isso pode ter sido uma materialização do próprio processo metodológico, no qual os representantes dos grupos foram estimulados a pensar em diferentes dimensões que afetam os seus segmentos produtivos dentro do território. Por outro, diz respeito à própria diversidade do Coletivo, composto por quatro segmentos com dimensões de ação e práticas heterogêneas, que acessam diferentes políticas públicas, e são afetados (direta ou indiretamente) por distintos fatores ambientais, sociais e políticos, mesmo que coexistindo no mesmo território.

Ainda que tenha ficado evidente uma grande amplitude de elementos considerados em relação aos futuros projetados pelo Coletivo, isso não gerou necessariamente uma falta de *clareza*, haja vista que os futuros imaginados estão bem delineados tanto em sua forma quanto conteúdo. De maneira geral, o Coletivo teve facilidade em visualizar as possíveis “rotas de transição” para a agricultura familiar do território, bem como as necessidades da ação coletiva para produzir ou os futuros imaginados (sejam eles contingentes ou não). Um indicador para visualizar o grau de *clareza*

reside naqueles fatores mais próximos do consenso. A dimensão das mudanças climáticas foi a mais emblemática dentre todas, considerando que nos três fatores (Eventos extremos, mecanismos de prevenção e capacidade de resposta) houve uma confluência no entendimento em relação a eles.

A *expansibilidade*, por sua vez, está relacionada à capacidade de ampliação das possibilidades de futuro para a agricultura familiar no território. De maneira geral, os atores vislumbram uma condição de futuro mais constritiva, destacando-se nesse sentido dois fatores. Por um lado, no que tange às mudanças climáticas, os atores conjecturam eventos extremos mais recorrentes e generalizados, o que devem causar grande prejuízo à economia local e às infraestruturas públicas e privadas; gerando, portanto, uma condição ambiental cada vez mais restritiva para a construção de estratégias mais sustentáveis de agricultura. Por outro, a escassez de mão de obra foi projetada de forma ainda mais desfavorável, envolvendo duas possibilidades (mas ambas com um horizonte restrito, ou seja, de condições desfavoráveis à agricultura familiar). Enquanto uma parte do grupo vislumbrou a possibilidade de contar com mão de obra não qualificada para o trabalho nos setores produtivos em questão, outros projetaram a insuficiência generalizada de força de trabalho.

Em nenhum dos fatores nota-se o entendimento generalizado de que as possibilidades futuras estão se expandindo, embora seja possível destacar alguns fatores em que alguns atores compartilham de uma visão menos pessimista em relação ao nível de fechamento. Por exemplo, a “Articulação dos movimentos/organizações sociais” foi um dos fatores que, embora os atores percebam uma capacidade limitada de atuação dos movimentos em virtude da escassez de recursos, ainda assim eles vislumbram um horizonte futuro com possibilidades de ampliação dos espaços de articulação, permitindo a reconstrução de redes colaborativas multiescalares e retomando a unificação das pautas dos movimentos sociais.

Além desse entendimento a respeito de um futuro mais construtivo, dentre os resultados da pesquisa também destacou-se a força dos mecanismos institucionais de dependência de trajetória.³

3 A noção de dependência de trajetória (*path dependence*) surgiu com os trabalhos seminais dos economistas Brian Arthur e Paul David, ao criticarem alguns dos pressupostos da teoria econômica neoclássica. Pierson foi o responsável por se basear na abordagem dos economistas e levar essa discussão para o campo da ciência política. Assim, ele extrapola os mecanismos de retornos crescentes e de *feedback* positivo (que Arthur e David observam na dinâmica de produtos e tecnologias) para o campo da ciência política, os interpretando à luz da mesma lógica de funcionamento (Bernardi, 2012). Embora não haja consenso a respeito desse conceito, ele tem sido discutido como elemento analítico para explicar tanto mudanças quanto a estabilidade institucional em fenômenos políticos (Fernandes, 2013).

As projeções de futuro – que se expressam, por exemplo, já na escolha dos 16 fatores-chave pelos próprios atores – demonstram *amplitude* mas ainda assim estão fortemente imbricadas a processos sociais e políticos herdados de um passado mais ou menos longínquo. O feedback positivo dos mecanismos institucionais gerados por esses processos sobre a capacidade dos atores de projetar novos futuros (e, portanto, novas políticas e estratégias) pode ser associado, no caso analisado, às próprias características de um segmento social (agricultura familiar) para o qual problemas que antecedem a própria conformação das “sociedades modernas” ainda se impõem de maneira muito vívida. Este é o caso, por exemplo, da precariedade institucional dos mecanismos de propriedade da terra. Assim como ocorre em muitas outras áreas rurais brasileiras, a regularização fundiária segue sendo uma questão das mais relevantes no Litoral Norte e, portanto, cria bloqueios institucionais fortes para a projeção de novos futuros. Entender como os atores constroem expectativas ficcionais sobre o futuro implica, portanto, olhar para a força institucional do passado.

Finalmente, outra dimensão presente nesse processo de construção de futuros foi a *contingência*, que está relacionada ao grau de flexibilidade e incertezas sobre o horizonte futuro. Ainda que diferentes interpretações persistam para muitos fatores, o que se viu ao longo do processo de pesquisa – em parte como decorrência da própria opção metodológica – foi um processo de redução das contingências. Note-se, por exemplo, as compreensões relacionadas ao fator “Acreditação dos sistemas agroecológicos/ orgânicos”. Esse foi um caso emblemático de uma perspectiva de futuro em torno da qual, inicialmente, havia pouco entendimento, mas que, com o passar do tempo, produziu-se uma percepção com alto grau de certeza. Os atores convergiram para a percepção de uma tendência à burocratização dos processos de certificação orgânica, o que não apenas tende a dificultar a organização coletiva, mas também poderá favorecer o ingresso – e o controle do mercado – por empresas que não compartilham dos preceitos da agroecologia.

Esse processo de redução das contingências chama a atenção para um resultado particularmente relevante da pesquisa, ainda pouco discutido nos estudos prospectivos. Trata-se das mudanças nas expectativas dos atores sociais quando eles são expostos ao imperativo da crítica pública. Essa dinâmica relacionada aos processos de “projetificação” (Mische, 2009) demonstra o papel central da interação com outros atores não apenas na redução das contingências, mas na

conformação de uma percepção emergente de futuro que não é redutível ao somatório das concepções individuais. Com efeito, não apenas a contingência se mostrou mais presente nas primeiras etapas da pesquisa – quando os atores expressavam livremente suas compreensões sobre o futuro – como também houve uma mudança mais geral nas expectativas ficcionais. Novamente é importante lembrar que as compreensões individuais sistematizadas na matriz de hipóteses (Quadro 2, supra) foram alteradas pelos próprios atores durante o debate público com vistas a representar uma imagem de futuro que não é redutível a opinião individual de nenhum dos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociologia contemporânea já tem evidências suficientes para afirmar que os futuros imaginados pelos atores sociais somente podem ser compreendidos à luz da teia de interações sociais nas quais eles estão imersos. No caso dessa pesquisa, essa situação é ligeiramente diferente porque existe o caráter “instrumental” da rede que foi concebida especificamente para levar à cabo um processo participativo de construção dessas expectativas ficcionais. Em outras palavras, os atores foram propositalmente situados em um contexto (o Coletivo) que, por mais diverso e plural que seja, não capta o emaranhado muito mais completo de interações às quais eles estão submetidos. Em outras situações, e empregando outras metodologias menos indutivas, é provável que uma configuração diferente de fatores-chave viesse à tona.

O estudo demonstrou que a diversidade de futuros imaginados no plano individual foi gradativamente modulada pelo debate coletivo e ajustada a um conjunto menor de possibilidades no plano intersubjetivo. Esse ajustamento parece encontrar explicação na forma como os indivíduos percebem e reinterpretam as imagens projetadas pelos demais no curso das dinâmicas relacionais. O confronto entre expectativas desejáveis ou esperadas de futuro individualmente construídas e as críticas de outros atores demonstrou que, durante o processo de discussão coletiva, as mais expectativas mais positivas (Extremo Favorável no Quadro 2, supra) cederam lugar a um futuro mais “realista”. Um aspecto que não foi suficientemente explorado no estudo, contudo, foi o efeito das assimetrias de poder e discursivas na produção dessas expectativas. Essa questão, que precisará ser explorada em outras oportunidades, sublinha o fato de as mudanças nas expectativas em face do

escrutínio público pelo Coletivo também podem estar associadas às diferentes posições de poder que os atores assumem dentro desse espaço.

Outro aspecto que o estudo colocou em evidência foi a explicação do futuro estar fortemente pautada por elementos do passado, o que parece bloquear projeções mais inovadoras. A influência das mudanças climáticas é um exemplo emblemático da construção intersubjetiva do futuro, sendo pouco explorada como um elemento de maior relevância para as dinâmicas da agricultura familiar do território, não obstante a sucessão de eventos meteorológicos ocorridos nos últimos anos. As mudanças climáticas se impõem como um fator redefinidor do futuro pela amplitude dos seus impactos e pela impossibilidade imediata de lidar com eles. Elas se colocam como um fator disruptivo no sentido de confrontar e desafiar a capacidade de ação coletiva para o seu enfrentamento. No entanto, outros fatores cuja apropriação e elaboração coletiva já se estabilizaram (educação e mão de obra, por exemplo) acabam sendo mobilizados com mais frequência para projetar o futuro. Em suma, a força do passado nas projeções do futuro parece bloquear estratégias e políticas inovadoras para avançar de mais consistente na transição para sistemas alimentares sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. Regenerative Cattle Farming in Latin America and the Caribbean, Far beyond the Oxymoron. *Preprints*, 2024041121. doi.org/10.20944/preprints202404.1121.v1, 2024.
- BARROSO, V. L. M. *Moendas caladas: Açúcar Gaúcho S. A. – AGASA: um projeto popular silenciado: Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990)*. 2006. Tese (Doutorado em História)Porto Alegre: PUCRS, 2006.
- BECKERT, J. Reimaginando a dinâmica capitalista: expectativas ficcionais e o caráter aberto dos futuros econômicos. *Tempo Social*, v. 29, n. 1, p. 164-189, 2017.
- BERNARDI, B. B. O conceito de dependência da trajetória (path dependence): definições e controvérsias teóricas. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 41. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4978>. Acesso em: 10 set. 2024.
- ESPÍNDOLA, I. B.; RIBEIRO, W. C. Cidades e mudanças climáticas: desafios para os planos diretores municipais brasileiros. *Cadernos Metrópole*, v. 22, p. 365-396, 2020.

FERNANDES, A. S. A. Dependência de trajetória e mudança institucional. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 44. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/7407>. Acesso em: 10 set. 2024.

GOMEZ-TRUJILLO, A. N. A.; VELEZ-OCAMPO, J.; CASTRILLÓN-ORREGO, S. A.; ALVAREZ-VANEGAS, A.; MANOTAS, E. C. Responsible patterns of production and consumption: the race for the achievement of SDGs in emerging markets. *AD-minister*, v. 38, p. 93-120, 2021.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>. Acesso em: 20 ago. 2024.

LUHMANN, N. The sociology of the moral and ethics. *International Sociology* 11, n. 1, p. 27-36, 1996.

LUKIC, M. R.; TOMAZINI, C. G. (Coord.) *As ideias também importam: a abordagem cognitiva de políticas públicas no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2013.

MARTINS, G. *Contextos, dinâmicas de mudança e caminhos: um olhar sobre os processos de transição agroecológica a partir de três casos brasileiros*. 2022. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

MISCHE, A. Projects and Possibilities: Researching Futures in Action. *Sociological Forum*, v. 24, n. 3, p. 694-704, 2009.

NIEDERLE, P. A. *et al.* Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil. *Journal of Peasant Studies*, v. 49, p. 1-23, 2022.

NIEDERLE, P. A. *et al.* Sistemas Alimentares e Transição Agroecológica no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Projeto TAFS, produto 2. [S. l.: s. n.], 2023.

OLIVEIRA, D.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. A. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. *Redes: Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 25, n. 1, p. 135-163, 2020.

PATROUILLEAU, M. M.; DECKER, J. A. (Orgs.). *Prospectiva y Estudios del Futuro. Epistemologías y experiencias en América Latina*. La Paz: CIDES-UMSA, 2022.

SABOURIN, E. *et al.* The dismantling of the rural and environmental public policies in Brazil. *Cahiers Agricultures*, v. 29, p. 31, 2020.

SCOONES, I.; STIRLING, A. *The politics of uncertainty: Challenges of transformation*. Taylor & Francis, 2020.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio do Ministério Francês das Relações Exteriores no âmbito do projeto Transições para Sistemas Alimentares Sustentáveis (TAFS).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: Andréia Vigolo Lourenço (Conceptualization, Methodology, Formal analysis, Investigation, Writing), Gustavo Martins (Conceptualization, Methodology, Formal analysis, Investigation, Writing), Paulo Niederle ((Conceptualization, Methodology, Formal analysis, Investigation, Writing, Project administration)

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

AUTORES:

Andréia Vigolo Lourenço - Engenheira Agrônoma e doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD).

Gustavo Martins - Engenheiro Agrônomo e doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Consultor independente, membro associado a Ação Nascente Maquiné (ANAMA) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD).

Paulo Niederle – Professor dos Programas de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Sociologia das Práticas Alimentares (SOPAS) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.